

**Intervenção da CDU na sessão solene da Assembleia Municipal da Amadora
no âmbito das comemorações do 42º aniversário do 25 de Abril**



Miguel Vidigal (Deputada Municipal)

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Sra. Presidente da Câmara Municipal

Srs. Vereadores, Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia

Exmas. Autoridades Cíveis, Militares

Exmos. Dirigentes do Movimento Associativo

Exmo. Senhor Capitão Eduardo Pessoa Santos, a quem saudamos de forma muito particular e na sua pessoa, saudamos todos os capitães de Abril

Caros Municípes

Celebramos este ano três acontecimentos maiores da nossa história recente: os 42 anos da Revolução de Abril, os 40 anos da Constituição da República Portuguesa e os 40 anos das primeiras eleições para o Poder Local Democrático.

42 anos de uma Revolução que, a partir de um levantamento militar, determinado pela heróica acção dos capitães de Abril, perante quem temos uma dívida de gratidão, teve de imediato o apoio popular criando uma aliança original do povo com o Movimento das Forças Armadas.

Aliança que surgiu porque correspondia à luta e às aspirações do povo oprimido e reprimido durante 48 anos pela ditadura fascista, onde sem esquecer muitos democratas e patriotas, o Partido Comunista Português teve um papel ímpar na resistência, na luta pela liberdade e a democracia, pagando um preço alto de muitas vidas, até chegar a 25 de Abril de 1974.

Veio Abril. E tudo o que se alcançou foi conquistado: a liberdade de imprensa (que hoje tantos querem condicionar...), de associação, reunião e manifestação; as Nacionalizações; a Reforma Agrária; os direitos laborais, sociais e culturais: liberdade sindical, direito à greve, a não ser despedido sem justa causa, protecção na infância, na velhice, na doença, no desemprego, direito à igualdade das mulheres no trabalho, na família, na sociedade, direitos para a juventude.

Conquistas que a Assembleia Constituinte, em si mesmo expressão da conquista do direito de votar, de eleger e ser eleito, cujas eleições tiveram uma participação de 92% dos eleitores inscritos, consagrou na Constituição. Constituição que define que é no povo que reside a soberania, numa pátria de paz e cooperação com outros povos e países. Constituição que reconheceu e consagrou também a luta libertadora de outros povos e países colonizados.

Com a aprovação da Constituição na Assembleia da República, a 2 de Abril de 1976, os municípios e o poder local constituíram-se como uma realidade inteiramente democrática, resultado do sufrágio directo e universal, recuperando a autonomia e conquistando simultaneamente novas atribuições e competências próprias, assumindo igualmente novas responsabilidades.

Do cinzentismo dos municípios e freguesias como meros executores das decisões do Poder Central, Abril trouxe o poder de decisão e execução de volta para as populações. Primeiro com a constituição das comissões administrativas e, com base no trabalho destas e no envolvimento popular na sua constituição e dinamização, a 12 de Dezembro de 1976, realizaram-se as primeiras eleições autárquicas.

Numa primeira fase as comissões administrativas e, após 1976, as autarquias locais, eleitas em Dezembro, realizaram um conjunto de obras essenciais, mesmo sem meios financeiros (a Lei das Finanças Locais só seria publicada a 2 de Fevereiro de 1979) sem pessoal próprio e sem máquinas.

Os acontecimentos nessa época na então freguesia da Amadora (que pertencia ao Concelho de Oeiras) são disto um exemplo: construíram-se, quase sempre com o trabalho voluntário da população, as infraestruturas fundamentais, águas, esgotos, ruas e estradas, electrificações, depois vieram os equipamentos desportivos, arranjaram-se e construíram-se escolas, espaços culturais, organizaram-se iniciativas culturais e desportivas, o associativismo teve um impulso enorme e tornou-se num grande veículo de dinamização e de intervenção cultural.

Das comissões administrativas, quer da freguesia da Amadora quer da instalação do Município, a 11 de Setembro de 1979, viriam a sair os primeiros eleitos locais no nosso Concelho, prosseguindo a enorme obra iniciada após Abril de 1974.

Deste Poder Local Democrático, que tanto fez e faz pelo País, tantas vezes se substituindo ao Poder Central, falta ainda cumprir o desígnio constitucional das regiões administrativas!

Longe dessa luminosidade são sombrios os tempos que hoje vivemos, onde a hipocrisia, o cinismo e o desprezo pela vida humana parecem não ter limites.

Por estes dias vemos os dirigentes europeus chocados, tristes e pesarosos com as mortes no Mediterrâneo... Essas almas magoadas que em nome da democracia e dos direitos humanos bombardearam o Afeganistão, o Iraque e a Líbia, provocando a destruição e o caos, fomentaram a guerra na Síria e outras tantas intervenções militares no Mali, no Chade, na República Centro Africana, na Somália, na Eritreia.

Os mesmos que culpam as terríveis redes de tráfico humano, que se aproveitam do desespero de milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade extrema, omitindo que estas redes engordaram e engordam à conta das políticas de imigração e de relações externas adoptadas pela União Europeia e à sombra da indiferença da comunidade internacional.

Os mesmos que sabem que o sistema sócio-económico que conduz a que se vulgarize a tragédia dos naufrágios no Mediterrâneo é o mesmo que afunda os povos em dívida para safar os bancos. Um sistema que se chama capitalismo.

É preciso dizer basta de cinismo, silêncio ou palavras ocas. É tempo de parar o sofrimento, a morte e esta terrível catástrofe humanitária. Os migrantes e os cidadãos que pedem asilo têm direito à vida, ao trabalho, à segurança, ao futuro.

Também em Portugal o panorama dos últimos 4 anos não foi mais luminoso: assistimos a um claro ajuste de contas da direita com o 25 de Abril. Uma ofensiva que assumiu uma dimensão sem precedentes, com a política da austeridade a qualquer custo (sempre para os mesmos) levada a cabo com entusiasmante zelo pelo anterior Governo com o apoio e conivência do Presidente da República. Uma ofensiva que acentuou ainda mais a já grave crise económica e social que há muito se manifestava, resultante de anos de política de direita. Senão vejamos:

Os ricos estão mais ricos, 50% da riqueza nacional está concentrada em apenas 5% da população, os pobres são cada vez mais e cada vez mais pobres.

- O desemprego atingiu mais de um milhão e duzentos mil trabalhadores;
- Saíram do País cerca de 300 mil pessoas, sobretudo jovens qualificados;
- O salário médio dos contratos de trabalho assinados desde Outubro de 2013 é de 581 euros;
- Os serviços públicos e as funções sociais do Estado degradaram-se de forma preocupante;
- Asfixiou-se o Poder Local ao mesmo tempo que se empurraram para os municípios funções sociais estruturantes que só o Estado pode assegurar de forma equitativa em todo o território;
- A economia caiu, desde 2011, mais de 6%! Estamos em termos de criação de riqueza ao nível do princípio do século!

No seguimento de um longo processo de luta, com a nova correlação de forças existente na Assembleia da República saída das eleições de Outubro passado, foi já possível aprovar medidas e disposições que dão resposta a problemas mais imediatos do povo português e que são em si mesmo prova de como o País não está condenado ao caminho da intensificação do retrocesso e empobrecimento.

Foi possível travar a concessão e privatização das empresas de transportes terrestres de passageiros; alterar o regime de protecção de invalidez; revogar medidas lesivas da dignidade dos professores e adoptar formas de avaliação para a melhoria do sucesso e aprendizagem escolar; repor os complementos de reforma aos trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do

Estado; proteger a morada de família face a penhoras decorrentes de execuções fiscais; repor os feriados retirados.

Foi também possível acabar com os cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública; assegurar a redução da sobretaxa do IRS, na base da progressividade, e a sua eliminação em 2017; abrir caminho para a reposição e fixação do horário de trabalho nas 35 horas na Administração Pública; aumentar o Salário Mínimo Nacional.

Hoje, como sempre no passado, o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista “os Verdes” e a Intervenção Democrática, que compõem junto com muitos outros democratas a CDU – Coligação Democrática Unitária, orgulham-se de ter dado um contributo único e decisivo para transformar a derrota eleitoral da direita nas eleições do dia 4 de Outubro numa solução política capaz de abrir um horizonte de esperança para o povo português, mesmo quando alguns hesitavam em corresponder a esse anseio profundo de mudança que os resultados eleitorais reflectiram. Com a mesma audácia, com a mesma política de verdade, honrando e respeitando os compromissos assumidos com o povo e o país, saudamos a importância das medidas já alcançadas, mas não iludimos o seu alcance limitado face às necessidades dos trabalhadores e das populações, e alertamos para o muito que falta ainda fazer para reverter as políticas que trouxeram o País para a beira do abismo.

Tal como há 42 anos, Portugal está numa encruzilhada: manter ou assumir a ruptura com as políticas que têm sido seguidas e que traíram as aspirações e tentaram fechar as portas que "Abril abriu".

Pela nossa parte a opção é clara. Só há saída para uma vida digna para o nosso povo rompendo com as regras do Tratado Orçamental e do Euro, renegociando a dívida e compatibilizando o seu pagamento com o desenvolvimento económico e social; construindo uma política que defenda a produção nacional e ponha fim às privatizações, garantindo o controlo público dos sectores estratégicos; uma política que valorize o trabalho e os trabalhadores, através de uma justa distribuição do rendimento e do respeito pelos seus direitos; que promova a elevação das condições materiais e a reposição dos salários e pensões de reforma roubados; que defenda os serviços públicos; que aposte na cultura e na ciência; que assegure uma política fiscal mais justa e o investimento e financiamento das funções sociais do Estado, designadamente na saúde e na educação, repondo os níveis de resposta que fizeram do SNS e da Escola Pública uma referência quanto a padrões de qualidade e universalidade.

Hoje comemoramos Abril. Sem medo do medo. Com a certeza que os seus valores perduram na consciência de milhões portugueses com a força que faz deles referência para uma política alternativa, patriótica e de esquerda. Referência também na luta por uma Europa dos trabalhadores e dos povos.

Comemoramos Abril com os olhos no futuro, com a convicção de que o melhor do caminho histórico de Abril que em Maio floriu, ainda está por vir pois, mais tarde ou mais cedo, a luta dos trabalhadores e do povo, a luta de todos os que sabem que a história está longe de ter chegado ao fim, concretizará finalmente o que ficou entretanto inacabado.

Para acabar, “roubo” ao “Poeta de Lisboa e do seu Povo, de Portugal e de Abril”, José Carlos Ary dos Santos, a nossa declaração final de intenções (não tenho dúvidas que o Ary me perdoaria este roubo...):

“Ouvi banqueiros fascistas, agiotas do lazer
latifundiários machistas, balofos verbos de encher
e outras coisas em istas, que não cabe dizer aqui
que aos capitães progressistas o povo deu o poder!
E se esse poder um dia, o quiser roubar alguém
não fica na burguesia, volta à barriga da mãe!
Volta à barriga da terra, que em boa hora o pariu
agora ninguém mais cerra as portas que Abril abriu!”

25 de Abril Sempre! Fascismo Nunca Mais!

Amadora, 25 de Abril 2016

A Bancada da CDU – Coligação Democrática Unitária